

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

Política educacional y la educación moral y cívica en los libros didácticos: democracia, patriotismo, estandarización y el control

Maria Carolina Miesse
Jani Alves da Silva Moreira
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá-Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os valores sociais e ideológicos transmitidos na formação dos estudantes brasileiros, a partir da institucionalização da disciplina de Educação Moral e Cívica como elemento curricular da política educacional do período da Ditadura Civil-Militar. Empreende-se uma análise crítica-contextualizada a partir do livro didático *Educação moral e cívica na escola média* (1971), que fora utilizado logo após a implementação da disciplina na grade curricular. Constata-se que a disciplina em questão disseminava valores sociais e ideológicos vinculados aos interesses dos grupos hegemônicos da sociedade antidemocrática, a fim de moralizar os educandos por meio de uma pseudo ideia de democracia e patriotismo no intuito de obter a padronização e o controle.

Palavras-chave: Política Educacional; Ditadura Civil-Militar; Educação Moral e Cívica.

Resumen

El presente artículo tiene como finalidad analizar los valores sociales y ideológicos transmitidos en la formación de los estudiantes brasileños con la institucionalización de la Educación Moral y Cívica, como elemento curricular establecido en la política educacional del periodo de la Dictadura civil-militar. Se emprende una análisis crítica contextualizada a partir de un libro didáctico seleccionado, que se utilizo poco después de la implementación de la disciplina em el currículo. Se constata que el contenido en cuestión disipaba valores sociales y ideológicos vinculados a los interés de los grupos hegemónicos de la sociedad antidemocrática a fin de moralizar los alumnos a partir de una pseudo idea de democracia y patriotismo con el objeto de la estandarización y control.

Palabras-clave: Política Educativa, Dictadura Civil-Militar, Currículo, Educación Moral y Cívica.

Introdução

A Educação Moral e Cívica (EMC) foi instituída enquanto disciplina no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 869 (BRASIL, 1969) que integrou a EMC nos currículos escolares de todos os graus e modalidades de ensino do país. Essa legislação adveio da crença dos setores mais extremados do movimento golpista de que “[...] as instituições sociais não eram capazes de educar o povo segundo padrões morais e cívicos e [...] na sua omissão, abriam as portas para a entrada de ‘ideologias exóticas’, principalmente o tão temido comunismo” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 71).

No presente artigo, optamos pela análise de um livro didático utilizado no período de vigência do Decreto-Lei nº 869/1969 (BRASIL, 1969), para evidenciar esse contexto político-educacional. Percebemos que o livro didático vislumbra um ensino-aprendizagem permeado de conteúdos, valores e atitudes específicos, correspondentes “[...] aos padrões de conhecimento da sociedade em nome da qual a escola estabelece seu projeto de educação” (LAJOLO, 1996, p. 6). Além disso, “[...] o livro de classe pode ser – e é quase sempre – vetor de uma certa ideia nacional [...]” (CHOPPIN, 2002, p. 16). Assim, acreditamos que a análise dos valores sociais e ideológicos transmitidos nos manuais pedagógicos, como desdobramento da política curricular estabelecida a partir do Decreto-Lei nº 869/1969, pode evidenciar a formação oferecida aos estudantes no período de vigência da disciplina EMC, que esteve em vigor em grande parte do período da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Para dar conta do propósito de investigar os valores sociais e ideológicos que eram transmitidos a partir da institucionalização da EMC, em um primeiro momento, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a seleção e a análise do livro didático, por meio dos quais foi possível constatar as categorias discursivas mais recorrentes no livro. Em seguida, empreendemos a análise de enunciados presentes no material, tendo em vista cada categoria elencada, a saber: democracia, patriotismo, padronização e controle.

Livros didáticos de educação moral e cívica: procedimentos metodológicos de seleção e análise

O livro didático constitui-se fonte privilegiada de pesquisa. Por ser parte de uma ampla política educacional, como indica Choppin (2002), ele tem a função de auxiliar na

transmissão dos saberes às novas gerações que, em determinado momento, são consideradas indispensáveis para a perpetuação da sociedade. Logo, o livro didático pode revelar muito mais a imagem que a sociedade expressa de si do que sua verdadeira face (CHOPPIN, 2002).

Os conhecimentos veiculados nesses materiais adaptados para uso no ambiente escolar acabam permeados por valores sociais e ideológicos, uma vez que sua elaboração está sempre permeada pelas escolhas de seus idealizadores que, como seres histórico/sociais, não as fazem de forma neutra. Além disso, geralmente, esses materiais didáticos estão repletos de valores específicos referentes ao grupo social hegemônico da sociedade, visto que são elaborados em articulação com as prescrições impostas por programas oficiais oriundos do contexto histórico, político e econômico em que a sociedade se encontra (CHOPPIN, 2002).

Especificamente no caso da Educação Moral e Cívica, evidencia-se uma aplicabilidade controlada do currículo a partir da utilização dos livros didáticos. Conforme o Decreto-Lei nº 869 (BRASIL, 1969, Art. 6º, item E), a elaboração do livro didático ocorria sob a supervisão da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e do ministro de estado, tendo em vista a ideologização da moral e do civismo. Vale ressaltar que os primeiros membros da CNMC eram “[...] pessoas ligadas às Forças Armadas, principalmente a ESG e à Marinha, pessoas ligadas à Igreja e educadores, vinculados a diversas universidades” (FILGUEIRAS, 2006, p. 60). Nesse sentido, é possível avistar o caráter controlador dessa política que visava transmitir à população as ideias da Ditadura Civil-Militar.

A partir de uma análise crítica e contextualizada dos textos presentes nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, podemos revelar o projeto de educação da Ditadura Civil-Militar, cujas ideias acerca do momento histórico/social eram transmitidas aos educandos a partir dos valores sociais e ideológicos vinculados implicitamente por esses manuais didáticos. Com a finalidade de evidenciar quais seriam esses valores, selecionamos o seguinte livro didático para análise:

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

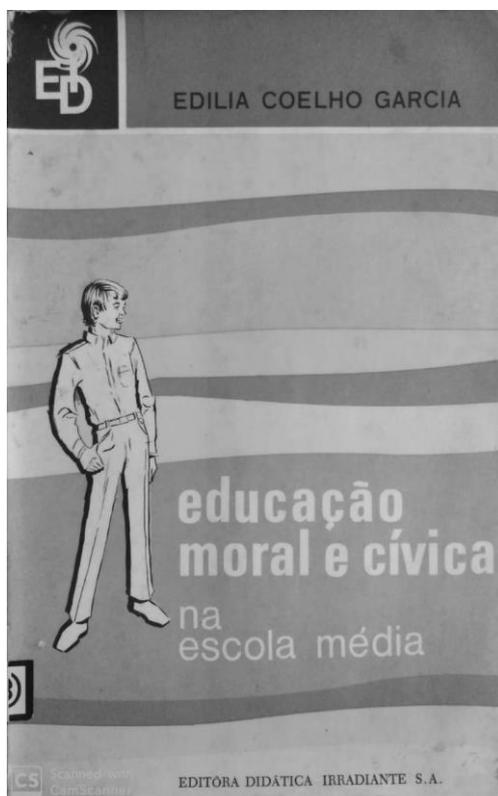
Quadro 1: Livro didático selecionado

TÍTULO	AUTOR	ANO	EDITORA	CIDADE
<i>Educação moral e cívica na escola média</i>	Edília Coelho Garcia	1971	Editora didática irradiante S. A.	São Paulo

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Garcia (1971)

A escolha do livro (Figura 1) justifica-se tendo em vista que, conforme o levantamento elaborado por Filgueiras (2006), esse foi um dos primeiros livros produzidos para ensinar o conteúdo dessa disciplina específica (EMC), além de estar relacionado com os termos estabelecidos pela LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961). Consideramos que um livro como esse, produzido pouco tempo após a implementação do Decreto-Lei nº 869/1969, é indispensável para compreendermos a lógica que engendrou a EMC como disciplina educativa, assim como para entendermos como ela foi articulada inicialmente.

Figura 1: Livro Educação Moral e Cívica na escola média (1971)



Fonte: Garcia (1971)

Vale ressaltar que se trata de um material de estudo utilizado pelos estudantes da época, que se encontravam na faixa etária entre 11 e 17 anos, visto que o livro corresponde à atual segunda etapa do ensino fundamental e ao ensino médio. Assim, optamos por um dos quatro livros citados por Filgueiras (2006), elaborado entre 1970 e 1971 para nortear o ensino ginásial (equivalente à atual segunda etapa do ensino fundamental) e o ensino colegial (atual ensino médio), concomitantemente.

Essa escolha se justifica visto que, no período e na etapa escolar citada, já havia uma preocupação com a formação moral e cívica do educando. A LDB de 1961, em seu artigo 38, inciso I, já a previa no processo educativo. Isso é expresso pela própria autora (GARCIA, 1971, p. 15), quando ela responde aos seus leitores o que seria a EMC: “[...] uma disciplina cujo conteúdo faz parte de muitas outras disciplinas: da História, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia e, principalmente, da Filosofia”. Assim, acreditamos que, no ginásial e no colegial, a EMC já era uma questão que estava sendo desenvolvida há algum tempo, de modo que a análise do livro pode demonstrar com mais clareza o objetivo de sua implementação após o Decreto-Lei nº 869 em 1969.

Também levamos em consideração na seleção do livro o fato de que a política educacional estabelecida pelo Decreto-Lei nº 869/69 visava a formar pessoas adaptadas à ordem social e preparar os indivíduos para atenderem aos objetivos da Ditadura Civil-Militar, isto é, servir ao grande capital internacional e à elite brasileira. A etapa educacional da qual trata o livro possuía um caráter mais focalizado para a atuação do indivíduo no mercado de trabalho, uma vez que, tanto o ciclo ginásial como o colegial abrangia o ensino técnico (BRASIL, 1961, art. 34), logo se mostra um aspecto interessante para análise. Assim, entre os quatro livros referentes a esses dois ciclos de ensino, despertou-nos atenção esse livro cujo título indica tratar especificamente da EMC *na escola média*.

Na orelha do livro, a autora explicita que sua obra busca “dar à Educação Moral e Cívica uma nova roupagem”, a partir de uma adaptação do conteúdo ao seu público alvo, relacionando-a com o dia a dia desse público. Com isso, avistamos esse material como necessário à nossa pesquisa, uma vez que adapta os objetivos da política educacional ao preâmbulo da prática educativa do período ditatorial, nas duas etapas de ensino.

Após a escolha do manual escolar, efetuamos uma seleção dos capítulos que eram relevantes e tinham consonância com a proposta de pesquisa. Assim, estabelecemos o

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

seguinte critério de seleção: capítulos que tratassem especificamente das categorias *homem e sociedade*, pois considerarmos que são categorias essenciais a partir do método do Materialismo Histórico que fundamenta a análise. A partir da seleção de categorias, é possível “[...] entender como elas podem dar conta de uma certa realidade de uma forma mais abrangente [...] o uso de determinadas categorias e sua valorização indicam o modo pelo qual se procura entender o fenômeno educativo” (CURY, 1987, p. 53).

Conforme Bardin (2011), as categorias são componentes que se quer analisar nas mensagens e sua seleção requer um critério. No caso específico desta pesquisa, o critério de escolha das categorias *homem e sociedade* ancorou-se na relação delas com a formação do homem ideal para a sociedade que se instalava no período histórico de elaboração do livro, de modo a evidenciar os valores sociais e ideológicos contidos nele. Nesse caso, optou-se por conceitos e sentidos relacionados às duas categorias supracitadas. Assim, após a leitura atenta do livro, elencamos o seguinte capítulo que continha conteúdos expressivos sobre as categorias selecionadas:

Quadro 2: Capítulos selecionados para a análise

TÍTULO DO LIVRO	TÍTULO DO CAPÍTULO	AUTOR	ANO	PÁGINAS
<i>Educação moral e cívica na escola média</i>	Capítulo 9: Você como Cidadão	Edilia Coelho Garcia	1971	187-222

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Garcia (1971)

Para conduzir o levantamento e a análise dos enunciados presentes nos capítulos que discorriam sobre Homem e Sociedade, foram também selecionadas três subcategorias, sendo elas: *democracia, patriotismo, padronização e controle*. A primeira categoria diz respeito a enunciados que dispõem sobre a defesa do princípio democrático, buscando mostrar quem seriam os “inimigos” que ocasionaram a desordem e o caos do país e do mundo; a segunda categoria corresponde aos trechos que enfatizam o “amor a pátria”, de modo a focalizarem o fortalecimento da unidade nacional; e a última categoria refere-se às

citações que explicitam a importância da obediência à lei, ou seja, dos cidadãos cumprirem seus deveres.

Essas subcategorias foram selecionadas por percebermos que esses conceitos eram recorrentes no capítulo em que as categorias Homem e Sociedade eram centrais na abordagem. Também levamos em consideração para a seleção das subcategorias o contexto histórico da época, período pós golpe-civil militar, bem como os pontos recorrentes em que se destacavam os princípios dispostos no Decreto-Lei nº 869/69. Acreditamos que as subcategorias elencadas fazem parte dos princípios defendidos na política educacional em questão e trabalham em prol da manutenção da sociedade coesa nos princípios da “revolução” de 1964.

Chegamos a essa hipótese com base nos apontamentos de Bakhtin (2018), segundo o qual o texto diz respeito à circunstância em que se encontra um determinado processo discursivo hegemônico relacionado a um período histórico específico. Assim, as ideias presentes no contexto histórico e também em outros enunciados, por exemplo em outros textos de políticas educacionais constituídas no período, adentram em um novo texto pelas palavras do enunciador.

Isso expressa o que Moreira e Lara (2012, p. 228) analisam ao concluírem que os textos de política educacional expressam ideologias, discursos carregados de enunciados concretos, de modo que “[...] as políticas em ação percorrem também na forma como esses discursos e conteúdos são concretizados e enunciados na sociedade, nas relações sociais, na vida material dos homens [...]”. Por conseguinte, na análise documental a partir do método do Materialismo Histórico, consideramos que os livros didáticos são textos que expressam os objetivos anunciados ou velados de determinada política (EVANGELISTA; SHIROMA, 2018), pois “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Portanto, as políticas expressas nos enunciados do livro didático representam conteúdos e ideias provenientes de determinantes sociais da época em que ele produzido.

As análises das subcategorias democracia, patriotismo, padronização e controle que serão realizadas na sequência, a partir do percurso teórico-metodológico empreendido até o momento, possuem como intuito verificar essa relação, de modo a explicitar quais seriam

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

os valores sociais e ideológicos transmitidos na formação dos sujeitos com a EMC, estabelecida como uma política da proposta curricular de ensino na época, a partir do Decreto-Lei nº 869/69. Procuramos então averiguar aspectos ideológicos que estão contidos no texto do livro didático de forma, muitas vezes, implícita, mas que podem ser desvendados a partir de um olhar crítico e contextualizado.

Cabe esclarecer que no procedimento metodológico para a seleção dos enunciados, optamos por apresentá-los com códigos alfanuméricos, a fim de facilitar a compreensão do leitor acerca da análise empreendida. Esses códigos são constituídos inicialmente por um par de letras representativo da categoria de análise (DE – democracia; PA – patriotismo; PC – padronização e controle), seguido por um par composto de uma letra e um número, que remete ao quadro no qual o enunciado encontra-se disposto (Q3; Q4; Q5; Q6; Q7; Q8). Por fim, apresentamos um par de algarismos que indica o número da enunciação dentro da categoria (01; 02; 03; etc.).

Democracia

Nas enunciações relativas à categoria democracia, presente no livro didático selecionado, verificamos implícita ou explicitamente o contexto nacional e internacional anterior à Ditadura Civil-Militar, que desencadeou uma “minimização” das liberdades democráticas em prol de uma suposta manutenção da democracia. Nessa concepção, o Estado é visto como um ente que protege esse bem comum a todos os seus cidadãos, além de precaver o país diante de ameaças produzidas por um certo inimigo declarado, seja implícita ou explicitamente, o qual ocasionou todas as mazelas do país. Resumidamente, essa é a ideia central difundida nas enunciações do livro didático de Garcia (1971):

Quadro 3: Enunciações da categoria Democracia a partir de Garcia (1971)

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA A ESCOLA MÉDIA (1971)

DE Q3 01. *O Estado através dos tempos assumiu as mais variadas formas de governo até chegar ao moderno Estado democrático. Sua principal obrigação é promover o Bem-Comum (p. 187-188).*

DE Q3 02. *Em qualquer jornal ou revista que você leia, encontra invariavelmente alguma notícia sobre o mundo liberal democrata e seu choque, no momento presente, com os regimes totalitários de govêrno. De um lado estão situadas as liberdades do homem e, do outro, as imposições violentas dos governos totalitários. Os regimes totalitários, de um modo geral, não são mais aceitos no mundo moderno, sejam eles facistas (como o nazismo e o fascismo) ou comunistas, como o da U.R.S.S. e o da China de Mao-Tse-Tung (p. 189).*

DE Q3 03. Infelizmente, nem tôdas as pessoas que ocupam cargos públicos estão empenhadas, como seria de desejar, em preservar o Bem Comum. Alguns procuram os cargos públicos como fonte de renda e de prestígio, outros para tentar modificar o regime. Neste caso são chamados, atualmente, de corruptos (p. 192).

DE Q3 04. Infelizmente o absolutismo não se extinguiu em todos os países com a “Declaração dos Direitos do Homem”, que foi repetida na França por ocasião da revolução. Em quase tôdas as épocas, alguns homens, por ambição ou por outros motivos, têm desejado implantá-lo e algumas vêzes o tem conseguido, como foi o caso de Hitler, na Alemanha Nazista e de Mussolini na Itália Fascista. São os ditadores do mundo moderno e podem ocorrer tanto nos regimes de direita como nos regimes de esquerda (Stálin, Fidel Castro, Mao-Tse-Tung) (p. 195).

DE Q3 05. De qualquer modo, a “doutrina marxista” impressionou a muita gente.

Em 1917, ocorreu na Rússia, cujo govêrno era ainda absolutista, hereditário e de “direito divino”, uma revolução parecida coma Revolução Francesa de 1789 em sua manifestação exterior, mas que teve como conseqüência o aparecimento do Sistema Comunista.

O Comunismo ou o Marxismo, nome que se deu aos princípios pregados por Marx, é uma doutrina político-econômica que pretende acabar com a propriedade privada e com as classes sociais e pretende ser imposta a todos os povos do mundo, nem que para isso seja preciso o uso de canhões e tanques de guerra, como ocorreu em Praga, na Tchecoslováquia, em 1968. Antes de tentar o ataque militar, sempre muito antipático e impopular, os comunistas fazem intensa propaganda através de seus adeptos, que infelizmente existem em tôdas as nações do mundo. É a êste tipo de propaganda que pretende subverter a ordem estabelecida num país, que se chama de subversão.

Diante desta propaganda comunista as democracias foram colocadas diante de um dilema: manter a liberdade até mesmo com o risco de serem destruídas, ou restringirem algumas liberdades, em nome da própria liberdade (p. 198-199).

DE Q3 06. [...] as nações democratas da atualidade estão sendo obrigadas a limitar a ação de seus inimigos comunistas, colocando seus partidos fora da lei e combatendo-os por todos os meios e modos (p. 199).

DE Q3 07. Atualmente, há outra terrível forma de agressão que é a realizada internamente, por maus brasileiros, que, a serviço de ideologias estrangeiras, têm tumultuado a vida nacional e envergonhado o Brasil perante os países civilizados. Em 1970, dois covardes seqüestros contra embaixadores estrangeiros causaram profunda comoção no país e nos deram consciência da necessidade de aumentarmos a vigilância contra a agressão dêsses elementos inescrupulosos que, sub-repticiamente, estão infiltrados entre nós e que, em nome de sentimentos hipócritas, procuram levar o país à desordem e ao caos (p. 205).

DE Q3 08. A Missão das Fôrças Armadas tem sido muito ampliada e de maneira muito positiva. A manutenção da paz tem sido sua preocupação, porém, a garantia das instituições e da Segurança Nacional, tem representado pesados encargos para os dirigentes militares. De 1961 até 1964, uma onda de agitação se abateu sôbre o país. A atitude fraca e impatriótica dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart quase arruína definitivamente nossa soberania. Muito perto estêve o Brasil de, a exemplo de Cuba, tornar-se um satélite da Rússia Soviética.

À presença pronta das nossas Fôrças Armadas, à coragem e à reação oportuna dos chefes militares, interpretando os sentimentos da imensa maioria do povo brasileiro, ficamos devendo a nossa liberdade (p. 205).

DE Q3 09. O Brasil é uma democracia. No entanto, estêve entre os anos de 1930 e 1945 subjugado por uma ditadura. Conhecemos, portanto, o gôsto amargo da falta de liberdade para podermos desejar a todo preço manter esta liberdade (p. 207).

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Garcia (1971)

No livro didático da autoria de Garcia (1971), identificamos uma defesa ao Estado democrático, apresentando-o como algo positivo, moderno, que se constituiu a partir de uma evolução no decorrer do tempo, como vemos na enunciação DE Q3 01. Nesse sentido, o intento da autora é “[...] inculcar nas crianças que o regime militar era, realmente, democrático, permitindo a participação do povo e tendo as ações políticas voltadas para ele e para toda a nação [...]” (NUNES; REZENDE, 2008, p. 6), ou seja, que a organização política do país do período teria como principal função promover o “bem comum”. Entretanto, essa defesa, relacionada a uma ideia de liberdade dos homens, vinculava-se ao bem comum de certa parcela da população. Trata-se de uma noção que percorreu os caminhos da política educacional conservadora naquele momento histórico e que, de acordo com Oliveira (2020, p. 01), refere-se às políticas que “[...] promovem essa grande regressão que se expressam por movimentos amplos, campanhas que atuam no sentido de naturalizar certos comportamentos, atitudes e valores que vão gerando um senso-comum que vai tornando aceitável o inaceitável.”

Nesse sentido, a análise permite identificar supostos adversários dessa democracia. No enunciado DE Q3 02, há menção ao choque entre um mundo liberal democrata, que defende as liberdades do homem, e outros supostos regimes autoritários e suas imposições, que estavam na contramão da ideia de democracia defendida pelo livro. Também são indicados, nos enunciados DE Q3 03 e DE Q3 04, como inimigos aqueles que pretendem mudar o regime, visando instaurar supostas formas de absolutismo, ou seja, interferir na liberdade do homem.

O livro cita explicitamente as origens desse pensamento opositor à “ordem democrática” no enunciado DE Q3 05, no qual podemos perceber com mais clareza a qual concepção de democracia e de liberdade ele se refere. Elas estariam vinculadas ao pensamento marxista e ao sistema comunista instalado na Rússia, por infelicidade do país, no ano de 1917. Segundo o livro, esse sistema pretendia acabar com a propriedade privada, nem que para isso fosse preciso usar a força física.

Como verificamos em Vieira e Farias (2007), no contexto histórico que engendrou a Ditadura Civil-Militar, ainda no intitulado período democrático (1945-1964), existiram alguns

momentos em que os governos estiveram mais dispostos a ouvir as reivindicações da população e a tentar instalar políticas paliativas que pudessem diminuir as desigualdades sociais. Isso desagradava à elite do país vinculada ao capital internacional, uma vez que contrariava os interesses imperiais dos EUA e os conceitos preconizados aos países pertencentes ao bloco capitalista, entre eles, a liberdade do homem para ter a propriedade privada.

Vale ressaltar que, no contexto de Guerra Fria, o inimigo mundial era representado por “[...] governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente” (MUNHOZ, 2010, p. 171). Assim, governos com um posicionamento de esquerda feriam a hegemonia econômica da elite brasileira, à medida que desagradavam ao EUA que, por sua vez, deixava de conceder capital ao país. Essa é a lógica que engendra o golpe de 1964 que buscou liquidar esse “[...] ‘populismo subversivo’ do cenário político” (VISENTINI, 2010, p. 246), de modo a promover uma suposta ordem e paz social.

Conforme o livro apresenta, antes de recorrer à força física, os comunistas faziam propaganda de seu sistema político, no intento de subverter a ordem dos países capitalistas, o que era considerado um ato de subversão. Assim, o livro justifica que o “mínimo” fechamento democrático exposto no enunciado DE Q3 06 tinha o objetivo de defender a própria democracia, a liberdade dos sujeitos, impedindo a ação de seus inimigos que procuravam levar o Brasil à desordem e ao caos. Podemos identificar que esses últimos termos - desordem e caos – são ressaltados no enunciado DE Q3 07, e referem-se aos sujeitos que criticavam as injustiças sociais do país e/ou que faziam algo para alterar esse quadro político. Entretanto, como afirma Netto (2018), esses são tachados de subversivos e criticados por impor à classe social elitizada essas decisões, enquanto que essa classe considerava prioritária, como visto anteriormente, uma boa situação econômica no país, para continuarem mantendo seus privilégios de classe.

Assim como é possível observar no enunciado DE Q3 08, o livro transmite a ideia de que os militares foram heróis que defenderam o Brasil dessas ameaças inescrupulosas que vieram para o país, principalmente, durante os governos de Jânio Quadros e de João Goulart. Estes, além de pensarem na classe trabalhadora, por vezes, ainda estabeleciam, como aponta Fausto (2019), relações com outros países além dos EUA, o que representava

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

um afastamento do bloco capitalista e das possíveis vantagens por ele oferecidas. O golpe seria então realizado pelos militares a partir de uma leitura da situação de “ruína” do país, que, na visão do livro, convertia-se no socialismo presente em outros países, por exemplo, em Cuba.

Por fim, podemos perceber que a intervenção estatal realizada por esses governos que escutavam as reivindicações sociais da massa populacional desagradava à elite brasileira. Inclusive, no enunciado DE Q3 09, o manual traz a afirmação de que entre os anos de 1930 e 1945 o país estaria sob uma ditadura.

Essa parte, referente ao material elaborado por Garcia (1971), retrata bem o contexto da época em que foi elaborado e traz à tona a ideologia que a EMC queria transmitir: a ideologia neoliberal burguesa e fundamentalista-conservadora, de que a revolução era para o próprio bem do país. Não podemos olvidar que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Logo:

[...] é a educação burguesa que domina e tem o papel de conservar a realidade para garantir sua dominação. A educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo papel é o de reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação da sua ideologia [...] (FARIA, 2017, p. 12).

Em um momento histórico/político no qual a revolução estava se perdendo e se tornava, principalmente após 1968, objeto de contestação, especialmente por parte da oposição que se reerguia após um primeiro impacto de repressão (NETTO, 2018), nada mais profícuo do que inculcar na população novamente os ideais que levaram ao golpe que estabeleceu a Ditadura Civil-Militar. No livro de Garcia (1971), elaborado logo no início da EMC, podemos observar que essa disciplina fora criada no intento de utilizar a educação como instrumento de disseminação e manutenção da população coesa a respeito da retórica burguesa.

Patriotismo

No tópico anterior percebemos que a EMC, assim como outros meios, foi utilizada para associar a ideia de democracia a uma ideologia burguesa. Assim, justificava-se o golpe militar de modo a dar apoio ao mesmo regime que, em síntese, beneficiava a elite brasileira

vinculada ao capital internacional. Isso é perceptível, uma vez que objetivava-se manter o país na ordem capitalista vigente, almejando um crescimento econômico a partir da obtenção de capital estrangeiro que beneficiaria a classe dominante.

As enunciações a seguir, classificadas como patriotismo, possuem o mesmo sentido, ou seja, manter a credibilidade no sistema instaurado no regime de 1964.

Quadro 4: Enunciações da categoria Patriotismo a partir de Garcia (1971)

Educação Moral e Cívica na escola média (1971)

PA Q5 01. *Você não deve confundir as expressões Nação e Pátria – que não são sinônimos. [...] Pátria – é uma “designação afetiva” de Nação. Pátria é uma “comunidade afetiva”. A Pátria é a Nação enquanto objeto de veneração (p. 188).*

PA Q5 02. *Os construtores da nossa nacionalidade são militares ilustres, estadistas, jornalistas, cientistas, poetas, romancistas, professores, etc. (p. 203).*

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Garcia (1971)

No livro de Garcia (1971), identificamos a presença de um culto à pátria. Nesse sentido, é explícita a colocação da pátria como objeto de veneração pelos cidadãos, inclusive, definindo-a como uma comunidade afetiva (enunciado PA Q5 01).

Quando lemos esse material sem uma análise aprofundada do período, acabamos por não nos atermos ao sentido ideológico que os signos possuem, principalmente nessa parte. Como indica Citelli (2002 p. 41), se as palavras nascem neutras “[...] ao se contextualizarem, passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos”. Ainda segundo o estudioso, a formação da consciência individual vincula-se a essa relação.

Então, se pensarmos nessa lógica, o culto à pátria pode ter um significado não tão positivo quando associado ao contexto da época. Não podemos olvidar que a pátria do período, que deveria ser cultuada, era composta por uma organização política antidemocrática, que depreendia fortes penalizações (econômicas, judiciais, físicas, etc.) aos mais pobres e, principalmente, aos que não concordavam com o sistema imposto, como avistamos no decorrer da obra de Fausto (2019), quando o ele se atém ao período do regime militar.

Em nome de uma visão de mundo específica, desencadeou-se o golpe de 1964, que, visando beneficiar somente a uma classe social, declarou um inimigo que é incessantemente

perseguido, o que trouxe consequências para a população. É essa pátria unilateral, essa “nacionalidade” construída pelos militares (enunciado PA Q5 02), que o livro ensina a venerar. Assemelha-se muito ao slogan do governo Geisel: *Brasil, ame-o ou deixe-o*.

Assim, observamos um caráter de alienação da população, fazendo com que a ela escolhesse “um lado da batalha”: ser “amigo” do Brasil, ou seja, ser subserviente à ordem estabelecida ou questioná-la e tornar-se inimigo da nação. Vale enfatizar o apontamento de Saviani (2018), segundo o qual essa ordem que se queria preservar era de âmbito socioeconômico, uma vez que a política havia sofrido uma mudança radical no Brasil. Nesse momento histórico, “[...] se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico” (SAVIANI, 2018, p. 364).

Conforme Saviani (2018. P. 364), o “[...] fenômeno de ruptura política para a preservação da ordem socioeconômica foi constantemente proclamado pelos discursos políticos [...]” sendo constantes a defesa de que “[...] as Forças Armadas levantaram-se para salvaguardar as tradições, restaurar a autoridade, manter a ordem, preservar as instituições”. A EMC, situada nesse contexto, acaba reproduzindo essas enunciações, utilizando a educação para desenvolver nos estudantes um amor cego pela pátria, uma veneração sem reflexão sobre a organização do ensino no momento.

Padronização e controle

Nas enunciações em que evidenciamos as categorias padronização e controle, identificamos uma ênfase aos direitos e deveres do cidadão patriota. Assim, essa categoria vincula-se à noção de patriotismo analisada anteriormente, tendo também o objetivo de manter a população coesa no projeto de sociedade almejado pela chamada “revolução de 1964”.

Para alcançar o objetivo citado, percebe-se um enfoque na questão moral do indivíduo, de modo a persuadi-lo sobre a importância de que se cumpra a lei para o bem comum da população.

Quadro 5: Enunciações da categoria Padronização e Controle a partir de Garcia (1971)

Educação Moral e Cívica a escola média (1971)

PC Q7 01. *Você já deve ter fixado que o binômio direitos – deveres é inseparável. Onde há direito, surge o dever. Na prática da cidadania o homem tem os seus deveres específicos. Assim, tôdas as obrigações daquele que se diz patriota, são deveres do cidadão (p. 201).*

PC Q7 02. *O Cumprimento das Leis. – Êste é um dos mais importantes deveres do cidadão. A Lei estabelece os limites dos direitos e deveres.*

Para o homem e para todo o gênero de atividades que êle exerça há leis.

Aqui iremos abordar as leis cujas finalidades são as de garantir o direito e manter a paz social. Constitui dever moral do cidadão, pelo cumprimento das Leis que regulam o País, promover o Bem-Comum. Não cumprir as Leis necessariamente implica no prejuízo de outrem.

A Lei deve emanar da autoridade legítima para a esfera específica de sua competência e jurisdição. Tôda a ordem social repousa nas corretas determinações legais. A falta do cumprimento da lei conduz ao caos e á desordem.

Nos países democráticos são as leis que determinam como devem agir os cidadãos nas diversas circunstâncias – (p. 211)

PC Q7 03. *A lei, entretanto, deve ser considerada como uma limitação da liberdade individual, visando a garantir o seu melhor exercício (p. 212).*

PC Q7 04. *Estado [...] significa um conjunto de indivíduos, submetidos à mesma legislação e à mesma autoridade política (p. 187).*

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Garcia (1971)

No livro de Garcia (1971), os deveres do cidadão patriota estão vinculados ao cumprimento das leis, ou seja, como se percebe na enunciação PC Q7 01, a obrigação dos brasileiros patriotas, amigos do país, era cumprir as determinações prescritas pela ordem social vigente. Assim, esses não deveriam cometer atos de subversão a ela, já que era nisso que se baseavam as leis do período, principalmente o AI-5 que considerava “[...] todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964 [...]” (BRASIL, 1968), recrudescendo o regime ditatorial e acabando com “[...] quaisquer aparências ‘democráticas’ que ainda adornavam o regime de abril” (NETTO, 2018, p. 106).

O cumprimento das leis ainda é explicitado pela autora, no enunciado PC Q7 02, como um dever moral do cidadão, já que o não cumprimento provoca a desordem do país e o prejuízo do outro. As leis são consideradas como uma forma de prevenir essa situação em prol do bem comum da sociedade. Em outro momento, comentamos sobre a questão do bem comum e sua importância para a sustentação de uma aparente democracia, porém sua

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

defesa esconde, na verdade, a defesa de certos interesses de classe, logo, o outro a ser prejudicado com o não cumprimento da lei, com a insubordinação, é a elite do período.

O próprio manual traz à tona essa concepção, à medida que trata da limitação da liberdade individual pelas autoridades políticas do período como forma de garantir o próprio exercício (enunciação PC Q7 03 e PC Q7 04). Nos lembramos de que, no período em que o livro foi desenvolvido, havia um recrudescimento do regime militar, uma vez que a oposição, após um período inicial de repressão, começava a se organizar novamente. Portanto, era necessário para colocar a revolução novamente nos trilhos, de modo a combater o caos e a desordem provocada por essas pessoas que não cumpriam a lei do período e, desse modo, atrapalhavam os interesses liberais da classe dominante.

Assim, a questão do cumprimento da lei, nesse contexto, diz respeito à padronização desse conceito nas mentes dos cidadãos, de modo a controlá-los com o apoio essa ideia moralista e ideológica do que seria obedecer às prescrições do período. Logo, a Educação Moral e Cívica auxiliou nesse sentido, uma vez que as palavras são absorvidas pelas pessoas, transformadas e reproduzidas, criando um circuito de formação das consciências (CITELLI, 2002).

Considerações finais

A partir das análises do manual didático selecionado e das categorias nele recorrentes - democracia, patriotismo, padronização e controle -, elencamos algumas considerações. Primeiramente, percebemos que esses manuais estão em consonância com os processos discursivos de seu período histórico e das políticas que fazem parte dele. Consideramos que os livros trazem à tona textos da política educacional, de modo a explicar as ideologias que se estabeleceram nesse contexto como indispensáveis para a formação dos futuros cidadãos, sendo elas o conservadorismo, o autoritarismo e o fundamentalismo.

Outra questão a ser considerada é que os princípios ideológicos defendidos emanam sentidos que visam a manter a sociedade coesa em relação à chamada revolução de 1964, sendo esse o principal objetivo formativo constatado na EMC do período ditatorial, momento de sua implementação enquanto disciplina. A análise desses materiais e também da própria política educacional que institui a EMC enquanto disciplina permite chegar a essa conclusão, tendo em vista que as próprias categorias que aparecem incessantemente

nesses objetos utilizados na pesquisa referem-se a uma defesa que vai na contramão dos princípios democráticos, referem-se a um patriotismo cego, cotejando elementos que desencadeiam o controle dos cidadãos.

Como avistamos na categoria Democracia, conceito reiterado na política educacional, havia uma pretensão de inculcar nos jovens que a pátria era democrática e tomava decisões visando ao bem comum de todos, quando na verdade almejava os interesses dos grupos hegemônicos e não da classe trabalhadora. O Patriotismo, outra categoria discursiva presente no livro e no Decreto-Lei nº 869/1969, auxilia nesse processo, visto que ensinava a venerar essa pátria, com essa organização política, sem nenhum tipo de questionamento, pois ela já seria “perfeita” nesses moldes, logo, quem fosse contrário a ela seria inimigo da nação. Nesse sentido, com um apelo na moral, o manual justifica que a lei do período é instituída e deve ser cumprida para o bem de todos, quando na verdade é um elemento de Padronização e Controle da população, para que não saiam de seu projeto econômico.

Por fim, avistamos que essa política e seus desdobramentos práticos, como a produção de livros didáticos, possui uma ideologia que diz respeito aos grupos hegemônicos da sociedade. A EMC foi um componente curricular que disseminava para toda a população as ideias neoliberais, moralizando os educandos em uma visão concisa de mundo em concomitância com os ideais da classe dominante. A análise dos demais manuais didáticos produzidos durante a vigência do Decreto-Lei nº 869 se faz interessante para a visualização dos valores ideológicos que permearam a formação humana e, ainda hoje, constituem o imaginário de grande parte da sociedade, visto que no contexto atual, há uma retomada do conservadorismo e um avanço do neoliberalismo (LIMA; OLIVEIRA; CHAGAS, 2021), mediante um contexto intenso de contrarreformas que se instalaram no país.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo; Ekaterina Vólkova Américo. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

BRASIL. [AI-5 (1968)]. **Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

BRASIL. **Decreto-lei n. 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. **Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Rio Grande do Sul, v.6, n.11, p. 5-24, jan./jun. 2002.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. A educação moral, cívica e física. In: _____. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 71-87.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e categorias. In: _____. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987. p. 53-86.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. IN: CÊA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2018. p. 87-124.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GARCIA, Edília Coelho. **Educação moral e cívica na escola média**. São Paulo: Editôra Didática Irradiante S. A., 1971.

LAJOLO. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.

LIMA, João Paulo Araújo Pimentel; OLIVEIRA, Rayssa Melo de; CHAGAS, Eduardo Ferreira. **Avanço neoliberal: retrocesso na educação.** Revista Cocar. V. 15, n.32, p. 1-32. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Karl Marx Friedrich Engels – Feuerbach e história. In: _____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846).** Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29-78.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. Considerações Finais. In: _____. **Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990- 2001).** 1 ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 223-230.

MUNHOZ, Sidnei J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: Munhoz, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2010. p.165-210.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo, SP: Cortez, 2018.

NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José de. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina “Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?”, 2008, Londrina. **Anais...** Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente. **Práxis Educativa**, v.15, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860046/html/>. Acesso em 13 set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VISENTINI, Paulo G. As relações Brasil-EUA durante o Regime Militar (1964-1985). In: Munhoz, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2010a. p. 245-272.

Política educacional e a educação moral e cívica nos livros didáticos: democracia, patriotismo, padronização e controle

Sobre as autoras:

Maria Carolina Miesse

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista da Capes. E-mail: mariamiesse@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9694-7009>.

Jani Alves da Silva Moreira

Pós-doutora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Salamanca (USAL), na Espanha. Doutorado e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com estágio de doutoramento-sanduíche apoiado pela Capes/PSDE, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Lisboa). Docente Associado do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP/UEM) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE/UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq). E-mail: professorajani@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3008-0887>.

Recebido em: 31/07/2021

Aceito para publicação em: 07/09/2021